

ATA DA VI REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de março do ano de dois mil e dois, teve início a VI reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada no auditório da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, sito a SGAN. 601, Lote 1, em Brasília, Distrito Federal. O Dr. José Carlos Carvalho, ministro de Estado do Meio Ambiente e presidente do Conselho, assumiu a presidência dos trabalhos, solicitando a Dra. Ana Cristina Mascarenhas e ao Dr. Roberto Monteiro para auxiliá-los nos trabalhos da mesa. Isto feito, Dr. Roberto convidou o Dr. Raymundo José Santos Garrido, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e secretário-executivo do CNRH, o Deputado Federal Fernando Gabeira e o Dr. Jerson Kelman, presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, para comporem a mesa. O Dr. José Carlos Carvalho cumprimentou os presentes e declarou aberta a VI Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Informou que os assuntos a serem discutidos constavam da Ordem do dia, previamente distribuída. Em seguida, destacou duas matérias a serem analisadas naquela reunião, consideradas fundamentais: a primeira, dizia respeito ao Projeto de Lei nº 1.616/99, que complementava a Política Nacional de Recursos Hídricos e estava sendo relatado no Congresso Nacional pelo Deputado Fernando Gabeira, importante para completar o arcabouço legal no plano político institucional da concepção da Política Nacional de Recursos Hídricos, afirmando ser esse Projeto de Lei fundamental para a criação dos instrumentos operacionais necessários à implementação da Lei, sobretudo, após a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, mencionando que o Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas, sentiam-se absolutamente confortáveis com o debate do assunto no Congresso, sabedores que o Deputado Fernando Gabeira tem sido extremamente atuante em relação às questões do Meio Ambiente, além de extraordinariamente democrático, ouvindo os diversos segmentos, com o objetivo de dirimir pendências e conseguir produzir um texto que realmente atenda aos interesses do País, aperfeiçoando assim a Legislação vigente; a segunda, referia-se à proposta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, para aprovação dos valores a serem cobrados pelo uso da água naquela bacia, significando o primeiro grande passo para implementação de um dos mais importantes instrumentos de gestão consagrado pela Lei nº 9.433, de 1997, que, se aprovado pelo Conselho, possibilitaria o início da implementação do princípio, usuário “poluidor-pagador”, fundamental, para a mudança da abordagem da gestão dos recursos ambientais no país. Disse que essa matéria, foi exaustivamente debatida no âmbito do Comitê que estava sendo apresentada no CNRH depois de um longo processo de discussão no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL. Fez então um apelo aos conselheiros para que fossem favorável à aprovação da matéria. Por fim, ressaltou a satisfação de estar ali presente acrescentando que sempre pautou a sua vida profissional, e sobretudo a pública, pela defesa da gestão colegiada e participativa, e que as políticas de meio ambiente, com a Lei nº 6.938, depois consolidada com a Lei nº 9.433, eram um marco histórico, pois estavam baseados em decisões colegiadas e participativas, fazendo provavelmente, no âmbito da política ambiental, aquilo que considera a verdadeira reforma do estado brasileiro, mediante a ruptura de um modelo clássico de gestão, baseado em decisões monolíticas e unilaterais da autoridade pública, por um modelo novo, com a participação da sociedade, onde os cidadãos votam, não só para eleger, mas sobretudo, para governar. Afirmou estar cumprindo uma orientação do Presidente Fernando Henrique de aprofundar os mecanismos de gestão democrática do no País, relacionados à formulação e implementação da Política de Meio Ambiente. Após o pronunciamento, o Dr. José Carlos passou a palavra ao secretário executivo, Dr. Raymundo Garrido. Dr. Garrido agradeceu a presença de todos e solicitou que o Senhor Ministro desse posse aos novos conselheiros. O Dr. Roberto Monteiro procedeu a leitura dos nomes dos novos conselheiros: a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL indicou o Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, conselheiro titular, e o Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, conselheiro suplente; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicou o Sr. Ronaldo Luiz Fernandes da Rocha, conselheiro titular; os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Região Sudeste indicou o Sr. Mauro Guilherme Jardim Acer, conselheiro titular, e o Sr. Celso Castilho de Souza, conselheiro suplente; as Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa indicou o Prof. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, conselheiro titular. O Dr. José Carlos Carvalho declarou empossados os novos conselheiros, felicitando-os e, sobretudo, agradecendo a colaboração que seguramente irão prestar ao Conselho, enriquecendo ainda mais, as decisões que serão

60 adotadas. Em seguida, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que verificasse o *quorum* do Plenário.
61 Dr. Roberto informou que haviam 23 conselheiros presentes, havendo *quorum* portanto para o
62 início dos trabalhos. O Dr. José Carlos, solicitou ao Dr. Garrido que iniciasse os trabalhos. O Dr.
63 Garrido sugeriu inversão da pauta para que se iniciasse com a apresentação do Deputado
64 Gabeira, seguida da apresentação do Dr. Jerson Kelman. Após solicitar um aparte, o conselheiro
65 Cláudio Langone, representante dos Conselhos Estaduais da Região Sul, solicitou ao presidente
66 do CNRH uma atenção especial ao encaminhamento da proposta de Decreto que altera a
67 composição do Conselho, ao presidente da República, acrescentando, que já havia tratado este
68 assunto com o ex-ministro José Sarney Filho, e que o mesmo se comprometera de fazer o
69 encaminhamento devido. Acrescentou que a estrutura proposta para o Conselho representava
70 um avanço importante no sentido de uma relação compartilhada de responsabilidades entre as
71 esferas federais e estaduais na implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de
72 Recursos Hídricos. O Dr. Garrido agradeceu a participação do conselheiro Langone informando-o
73 que esse assunto constava da pauta de transição do Ministério do Meio Ambiente e que seria
74 discutido no primeiro despacho com o ministro. O Dr. José Carlos afirmou ter tomado
75 conhecimento da questão através do conselheiro Langone, quando ainda era secretário
76 executivo do MMA, e acrescentou que as matérias de decisão CNRH seriam encaminhadas à
77 superior apreciação das autoridades do governo. O Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro
78 que fizesse a leitura da Ordem do Dia: 1. Aprovação da ata da IV reunião extraordinária do
79 Conselho Nacional de Recursos Hídricos; 2. Relato referente à situação dos trabalhos para
80 elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pela Câmara Técnica do Plano Nacional de
81 Recursos Hídricos - CTPNRH; 3. Apresentação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.616/99 –
82 Deputado Federal Fernando Gabeira; 4. Análise da proposta da nova composição das Câmaras
83 Técnicas; 5. Apresentação “Resultados do 1º ano de atividades da Agência Nacional de Águas –
84 ANA” - Dr. Jerson Kelman, diretor presidente da ANA; 6. Análise da solicitação encaminhada
85 pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, referente à
86 Deliberação nº 08/2001 - Proposta de instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na
87 Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, por prazo determinado, conforme inciso IV, art. 35, da
88 Lei nº 9.433/97; 7. Apresentação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL,
89 da análise efetuada com vistas à deliberação pelo CNRH, referente à criação da Câmara Técnica
90 de Cobrança pelo uso de recursos hídricos; 8. Discussão do conteúdo dos estudos referentes à
91 situação dos serviços de água e esgoto no Brasil, apresentação do conselheiro Marcos Thadeu
92 Abicalil, representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU; 9. Análise do
93 questionamento do conselheiro Mauro Ribeiro Viegas, referente ao mandato dos conselheiros;
94 e, 10. Análise da proposta de Moção referente à adoção de providências para solução dos
95 problemas de poluição na bacia do rio Quaraí, fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o
96 Uruguai – encaminhada pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços.
97 O Dr. Garrido, agradeceu e comunicou que a pauta estava contida nas pastas distribuídas aos
98 conselheiros, franqueando a palavra ao Plenário para que se manifestassem quanto à ordem da
99 pauta. O conselheiro Benedito Braga, justificando a presença de autoridades, solicitou inversão
100 de itens de pauta, propondo a troca do item 6, pelo item 1; do item 3, pelo item 2; e do item 5,
101 pelo 3. O conselheiro Langone, por sua vez, também solicitou, que o item 10 fosse antecipado,
102 pois, além de fazer ciente as autoridades presentes sobre o problema de fronteira na bacia
103 hidrográfica do rio Quaraí, teria que ausentar-se por volta das 15 horas. O Dr. Garrido
104 agradeceu as sugestões e consultou aos demais conselheiros se estavam de acordo com as
105 alterações propostas. Foi aprovada a inversão da pauta. O Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto
106 Monteiro que fizesse a leitura da pauta com os devidos ajustes: 1. Análise da solicitação
107 encaminhada pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, referente à
108 Deliberação nº 08/2001 - Proposta de instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na
109 Bacia do Rio Paraíba do Sul, por prazo determinado, conforme inciso IV, art. 35, da Lei nº
110 9.433/97; 2. Apresentação do substitutivo ao PL nº 1.616/99 – Deputado Federal Fernando
111 Gabeira; 3. Apresentação “Resultados do 1º ano de atividades da Agência Nacional de Águas –
112 ANA” – Dr. Jerson Kelman, Diretor Presidente da ANA; 4. Análise da proposta de Moção
113 referente à adoção de providências para a solução dos problemas de poluição na bacia
114 hidrográfica do rio Quaraí, fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai –
115 encaminhada pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; 5.
116 Aprovação da Ata da IV Reunião Extraordinária do CNRH; 6. Relato referente à situação dos
117 trabalhos para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pela Câmara Técnica do
118 Plano Nacional de Recursos Hídricos; 7. Análise da proposta da nova composição das Câmaras

119 Técnicas; 8. Apresentação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, da análise
120 efetuada com vistas à deliberação pelo CNRH, referente à criação da Câmara Técnica de
121 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; 9. Discussão do conteúdo dos estudos referentes à
122 situação dos serviços de água e esgoto no Brasil, apresentação do conselheiro Marcos Thadeu
123 Abicalil, representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU; e, 10.
124 Análise do questionamento do conselheiro Mauro Ribeiro Viegas, referente ao mandato dos
125 conselheiros. O Dr. Garrido agradeceu e passou-se ao Item 1 da Pauta - Análise da solicitação
126 encaminhada pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, referente à
127 Deliberação nº 08/2001 - Proposta de instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na
128 bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, por prazo determinado, conforme inciso IV, art. 35, da
129 Lei nº 9.433/97. Dr. Garrido convidou o conselheiro Júlio Thadeu para relatar a matéria. O
130 conselheiro Júlio Thadeu cumprimentou aos presentes e fez alusão às palavras do ministro, Dr.
131 José Carlos Carvalho, que conclamou ser este um dos momentos mais importantes na
132 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil. Acrescentou que a cobrança
133 pelo uso dos recursos hídricos não pode ser confundida com um imposto a mais colocado à
134 sociedade, mas sim, como um importante instrumento de gestão. Informou que este tema foi
135 amplamente discutido no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL,
136 além de debatido em diversos seminários e reuniões dentro da bacia do rio Paraíba do Sul.
137 Afirmou que os membros da CTIL fizeram um encaminhamento favorável à sua aprovação pelo
138 Conselho. Ressaltou ser essa uma dimensão nova na administração brasileira, onde a
139 sociedade, os usuários e o poder público têm efetiva e direta participação no acompanhamento
140 e fiscalização nos destinos dos recursos hídricos no País. Dito isso convidou o Dr. Edilson de
141 Paula Andrade, secretário-executivo do CEIVAP, para discorrer sobre a matéria. O Dr. Edilson
142 cumprimentou a todos os presentes, destacou que a proposta em questão tornou-se mais
143 fortalecida com as palavras do conselheiro Júlio Thadeu e do Dr. José Carlos Carvalho. Afirmou
144 que o processo de instituição da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul foi
145 discutida ao longo de mais de um ano, com intensos debates com a sociedade e usuários da
146 água. De forma objetiva, teceu comentários sobre a importância da bacia para o país, abordou
147 sua caracterização, bem como os conflitos existentes, os problemas de quantidade e qualidade
148 da água na bacia, que se encontrava comprometida, mal atendendo aos usos atuais,
149 apresentou os fundamentos do instrumento cobrança, discorrendo sobre a metodologia utilizada
150 para os cálculos dos valores a serem cobrados e sobre a simulação de arrecadação. Afirmou ser
151 de extrema importância a implantação desse instrumento da Política Nacional, para se
152 conseguir solucionar os graves problemas que atingem a bacia. Mencionou o parecer favorável
153 da CTIL e de forma detalhada, discorreu sobre as bases da proposta encaminhada. Informou,
154 que a base de cálculo da cobrança no Paraíba do Sul foi definida de modo que o próprio usuário
155 tenha condições de calcular o que irá pagar, através de suas próprias informações, acrescentou
156 que para o setor de saneamento e da indústria, os valores não implicariam em aumento dos
157 custos e que a arrecadação complementaria as verbas públicas liberadas para os investimentos
158 necessários à recuperação da bacia. Citou a Deliberação CEIVAP Nº 08, de 6 de dezembro de
159 2001, que dispunha sobre a implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do
160 rio Paraíba do Sul, a partir de 2002, informando que a mesma havia sido aprovada por
161 unanimidade no Comitê, destacou as considerações, suas fundamentações e que o início da
162 cobrança se efetivaria a partir do atendimento das exigências legais e medidas preparatórias
163 contidas no § 1º, do artigo 1º da referida Deliberação. Destacou o artigo 2º da Deliberação,
164 falou do preço público estabelecido que vigorará por um período de 3 anos, comentou também
165 sobre o amplo e contínuo programa de divulgação e sensibilização do processo de
166 implementação da cobrança, previstos no artigo 4º, bem como sobre o artigo 5º, que dispunha
167 sobre a forma de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança, de acordo
168 com o Programa de Investimento e Plano aprovados pelo CEIVAP. Acrescentou que a ANA
169 estava auxiliando no processo de implementação da cobrança, além de promover a integração e
170 compatibilização das legislações, normas e critérios, de modo a estabelecer as condições para
171 que a bacia hidrográfica seja uma unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos. Em
172 seguida, explanou sobre a definição dos valores de cobrança para os setores usuários, a
173 fórmula aplicada afirmou, incentiva o tratamento e coleta de esgotos, lembrou ainda, que o
174 Plenário do CEIVAP entendeu que deveria haver um incentivo à adesão espontânea ao processo
175 de cobrança na bacia, desta forma, foi estabelecido que aqueles que entrarem no primeiro mês
176 da cobrança seriam contemplados com o desconto de 18% na sua fatura. Passou a seguir, ao
177 Cronograma para Implantação, destacando as atividades e prazos previstos. Finalizando,

comentou sobre a estimativa de arrecadação feita pela equipe do Comitê que seria da ordem de R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) ao ano, cobrando dos Setores Industriais e de Saneamento, contudo, se acrescentasse a transposição de água e o pagamento dos outros setores, a arrecadação seria em torno de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ao ano. Por fim, agradeceu a todos pela atenção. O conselheiro Braga cumprimentou a todos, acrescentando que a Agência Nacional de Águas – ANA participara ativamente do processo de definição da metodologia para orientação dos trabalhos, através do desenvolvimento de uma fórmula que fosse de fácil aplicação, conceitualmente correta e que levasse em conta outras propostas já existentes em outros estados. Como esse era o início do processo de cobrança, afirmou ser necessário o aperfeiçoamento dessa metodologia ao longo dos três anos previstos. Finalizou, dizendo que, com essas observações, considerava a proposta do CEIVAP em condição de ser aprovada pelo Plenário. O presidente, Dr. José Carlos, colocou a matéria em discussão e solicitou ao Dr. Garrido que assumisse a condução dos trabalhos. O Conselheiro Marcos Thadeu Abicalil, representante da SEDU, saudou o CEIVAP por esse passo importante e afirmou que apoiava a aprovação da cobrança do Rio Paraíba do Sul, recomendando aos estados e municípios usuários da bacia, a instituição de um instrumento regulatório complementar à outorga e à cobrança, facilitando às companhias de saneamento, o repasse dos custos das perdas e esgotos não tratados, aos usuários. Nesse sentido, afirmou ser fundamental que o sistema de eficiência ganhasse uma consolidação maior, de forma que as tarifas de serviços fossem adequadamente reguladas, tendo de um lado a cobrança, do outro, uma contenção do limite tarifário. Encerrou, dizendo ser esta a recomendação da SEDU ao CEIVAP. O Dr. Garrido agradeceu e passou a palavra ao conselheiro Júlio Thadeu, que manifestou apoio à proposta do conselheiro Abicalil, afirmando que a cobrança deveria ser vista como um instrumento de gestão para a melhoria das condições, principalmente, no setor de saneamento, para que houvesse um aumento na eficiência do setor. O conselheiro Jairo Lousa, representante dos irrigantes, colocou que após análise da proposta do CEIVAP, considerou-a convenientemente adequada, porém, pecava muito no que dizia respeito aos usuários. Fez alusão ao parágrafo 1º, do artigo 2º, “os critérios aplicáveis aos setores industrial e de saneamento”, onde sequer, citava os usuários do setor de irrigação na Deliberação, e externou dúvidas de como o CEIVAP iria estabelecer, posteriormente, os valores, qual seria o critério utilizado para aquele setor usuário, questionando a fórmula. Desta forma, face às dúvidas e a não inclusão dos usuários de irrigação na Deliberação, manifestou com antecedência seu voto: contrário à aprovação. Finalizou, solicitando do Dr. Edilson, detalhes sobre itens da fórmula. O Dr. Edilson fez os esclarecimentos sobre a fórmula. Quando a outra colocação sobre o setor de irrigação, explicou que ainda não tinham uma formulação pronta, contudo, a mesma encontrava-se em estudo e deveria ser discutida com o segmento da bacia. Informou que a fórmula foi definida inicialmente para os setores industrial e de saneamento, e que certamente, seriam avaliadas, de todas as formas, os impactos da cobrança para o setor de irrigação. A conselheira Maria Aparecida enfatizou que no § 2º, artigo 2º, da Deliberação, constava que os setores usuários, à exceção dos industrial e saneamento, devido às suas peculiaridades de uso dos recursos hídricos, seriam contemplados com critérios específicos, que seriam definidos com a participação das instituições envolvidas. Afirmou ter sido incumbida pelo Dr. Manoel Neiva, vice-presidente do CEIVAP, para em Plenário, agradecer ao Dr. Kelman e a Dra. Dilma, pelo apoio na condução dos trabalhos iniciais da instituição da cobrança no Paraíba do Sul e que a Deliberação ora apresentada, tinha sido fruto de muita discussão, debates e consenso entre os setores industrial e saneamento, sem no entanto ter sido totalmente avalizada por todos os demais setores usuários. Os irrigantes, certamente estariam representados quando da discussão dos critérios específicos, definidos no cronograma. Acrescentou que o Dr. Neiva enviara um cumprimento especial às mulheres que atuaram no trabalho dessa Deliberação. Dr. Garrido agradeceu a conselheira e passou a palavra para o conselheiro Demetrios Christofidis, representante do Ministério da Integração Nacional, que questionou se o CEIVAP possuía estudos e dados suficientes que permitissem estabelecer o nível de tratamento das águas que seriam utilizadas nas principais cidades. Justificou seu questionamento devido a existência de uma despesa para tratamento da água, que em decorrência da cobrança deveria ser reduzida, uma vez que irá haver, no futuro, uma melhoria na qualidade das águas. Acrescentou que se não houvesse dados confiáveis, as intervenções serviriam simplesmente para aumentar o rendimento das companhias concessionárias, não chegando a repercutir na redução dos valores a serem cobrados dos usuários finais. Desta forma, um dos fatores que contribuiria para a aceitação da cobrança em novas bacias, por parte dos usuários, seriam os resultados que poderiam ser demonstrados a

237 partir da experiência do Paraíba do Sul. Dr. Garrido agradeceu e argüiu ao conselheiro
238 Demetrios sobre proposta apresentada, se esta seria uma recomendação para que o nível de
239 tratamento fosse melhor detalhado, registrando-se o estágio atual e, após o início das
240 intervenções na bacia, na medida em que a qualidade das águas melhorasse,
241 consequentemente o custo de tratamento decresceria, havendo possibilidade de serem
242 praticados preços menores para a população. O conselheiro Demetrios respondeu que sim. Não
243 havendo mais manifestações, o Dr. José Carlos solicitou que fosse feita a leitura da proposta de
244 Resolução encaminhada e colocou-a em votação, tendo sido aprovado o valor de cobrança pelo
245 uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, sugerido pelo CEIVAP, nos
246 termos e condições previstos na Deliberação nº 08, de 6 de dezembro de 2001, por dezoito
247 votos favoráveis, um contra e nenhuma abstenção. O presidente, em nome do Ministério do
248 Meio Ambiente e do Governo Federal, agradeceu a decisão adotada pelo Conselho, afirmando
249 ter a certeza de que representava um passo importantíssimo, não apenas para a efetividade da
250 implementação da Lei 9.433, de 1997, mas, sobretudo, para criar uma cultura nova de gestão
251 ambiental no País, especialmente da gestão aplicada aos Recursos Hídricos. Desta forma, dando
252 cumprimento aos itens da Ordem do Dia, passou a palavra ao Deputado Federal Fernando
253 Gabeira referente à “Apresentação do substitutivo ao PL nº 1.616/99”. O Deputado Federal
254 Fernando Gabeira cumprimentou aos presentes e disse da satisfação de estar discutindo no
255 Plenário do CNRH as questões ligadas ao PL. 1616, que referia-se a um projeto que
256 complementava a Política Nacional de Recursos Hídricos. Afirmou que participara dos debates
257 sobre a Leis nºs 9.433/97 e 9.984/00, e que sempre buscou colher sugestões para o subsidiar
258 em suas decisões. Afirmou ter incorporado ao substitutivo ao PL 1.616 cerca de 99% das
259 sugestões encaminhadas pelo CNRH, bem como acatou também as sugestões do Comitê da
260 Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé, por entender ser este o órgão responsável pela
261 formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Explanou sobre os principais pontos do PL
262 e se colocou a disposição dos presentes para esclarecimentos. O Dr. Garrido agradeceu e
263 comentou das vantagens dos membros do Conselho tinham ao poder trocar idéias diretamente
264 com parlamentares. Agradeceu ao Deputado Gabeira pelo acolhimento pleno das sugestões
265 advindas do Plenário do Conselho e abriu a matéria ao debate. O Deputado Thame afirmou ser
266 um duplo privilégio, o de compartilhar do momento em que se iniciava a cobrança pelo uso da
267 água no Brasil, iniciando-se pelo Vale do Paraíba, e, a oportunidade de se familiarizar com o
268 relatório do substitutivo apresentado, pelo Deputado Fernando Gabeira. Em seguida, externou
269 de três preocupações que se transformariam em sugestões, a primeira, no artigo 22, que
270 tratava da aplicação do recurso oriundo da cobrança, a substituição da palavra
271 “preferencialmente” por “obrigatoriamente”, de forma que esse instrumento de gestão não
272 venha a parecer meramente mais um tributo, garantindo que os recursos arrecadados sejam
273 aplicados na bacia onde foram gerados. Sugeriu ainda, que fosse modificado, no artigo 36, a
274 palavra “até” pela expressão “no mínimo”, justificando que, quando se colocava até 90%, o
275 valor poderia variar de 1 a 90. Sugeriu a criação de fundo de recursos hídricos para onde
276 seriam destinados os recursos arrecadados em rios de domínio da União, argumentando que,
277 com a criação de um fundo, tornava-se mais fácil gerenciar os recursos arrecadados, pois estes
278 passariam automaticamente para o exercício seguinte, além de não serem contingenciáveis. Por
279 outro lado, colocou, que não conseguiu identificar no texto as observações referentes à desse
280 Fundo de Universalização, para aplicação dos 2,5%. Por fim, sugeriu que quanto à definição da
281 agência de bacia, era necessário que a mesma fosse um pouco mais vinculada aos Comitês,
282 para que não se transformassem num órgão competitivo com o próprio Comitê. O Deputado
283 Gabeira informou ter aceito as modificações sugeridas pelo Deputado Thame, no concernente
284 ao artigo 22 e na aplicação do recursos a serem arrecadados. Quanto às outras sugestões, se
285 dispôs a conversar posteriormente com o proponente para uma possível mudança. A
286 conselheira Mitzi, representante do Ministério das Relações Exteriores, solicitou a substituição
287 dos chamados “rios internacionais” por “rios transfronteiriços”, afirmando ser importante sob o
288 ponto de vista das negociações internacionais. O Deputado Gabeira acatou a sugestão. O
289 conselheiro Mauro Viegas, representante das indústrias, endossou as propostas apresentadas
290 pelo Deputado Thame e elogiou o empenho do Deputado Gabeira em prol do meio ambiente.
291 Quanto à questão da agência de bacia, afirmou ser necessário a aprovação de algo que
292 possibilitasse ao Comitê operacionalizar as suas deliberações, citando a aprovação da cobrança
293 no CEIVAP e questionando quem iria cobrar. O Deputado Gabeira afirmou que acataria as
294 sugestões colocadas pelo conselheiro Mauro Viegas e pelo Deputado Thame quanto à aplicação
295 dos recursos, retirando todas as expressões: “de até”, “no mínimo” ou “no máximo” e, quanto à

agência de bacia, afirmou concordar ser necessário a criação de uma entidade que funcionasse como braço executivo do Comitê de Bacia, confessou que texto em discussão não definia bem a questão, porém, afirmou estar aberto às sugestões e prometeu reexaminá-lo junto ao Deputado Thame. O conselheiro Eduardo Castagnari, representante das ONGs, manifestou o apoio ao PL nº 1.616/99, apresentando para o artigo 22, no trecho que tratava do lançamento de efluentes, que apresente qualidade superior à da água captada, sugeriu a substituição da palavra "poderão" por "deverão" e, no artigo 25, onde tratava do Comitê da Bacia Hidrográfica, sugeriu a troca do verbo "proceder" por "propor", considerando que a instituição da agência dependeria da aprovação do CNRH, ou, eventualmente do Conselho Estadual. O Deputado Gabeira informou que acataria as sugestões de troca no artigo 22, e, no seu entendimento o verbo "proceder" significava iniciar o processo de criação, cujo ponto culminante seria a aprovação pelo Conselho. O conselheiro Abicalil, representante da SEDU, sugeriu que seria interessante discutir com o Deputado Gabeira o PL nº 4.147/00, dada a sua visão federativa, possibilitando o surgimento de idéias para equacionar certos pontos envolvendo titularidade, principalmente sistema integrado e aqueles que envolvessem eventual transferência de águas entre bacias. Com relação ao artigo 15, do PL nº 1.616/99, no que se referia à outorga vinculada à concessão ou autorização do uso potencial de energia elétrica, afirmou que o tema não se restringia somente à ANEEL e que deveria ser aplicado a qualquer concessão, especialmente, àquelas que fossem pertinentes à concessão de serviços públicos. O Deputado Gabeira comentou que foi prevista apenas a ANEEL no artigo 15, porém, no artigo 16, falava sobre a exploração mineral, onde o DNPM, poderia solicitar ao respectivo órgão gestor de recursos hídricos, a declaração prévia de reserva de disponibilidade hídrica, com o objetivo de possibilitar o planejamento do empreendimento minerário antes da concessão do correspondente direito de lavra. Quanto à inclusão do saneamento, disse ser possível, porém, este assunto estava dentro de um programa de grande discussão, e que tinha dúvidas quanto à ampliação naquele PL. A conselheira Cristina Yuan, representante suplente da indústria, em relação à questão do cadastramento questionou se, no artigo 3º, todos os usuários de recursos hídricos deveriam cadastrar-se. Referindo-se ao § 3º, afirmou que nos textos mencionados existia uma possibilidade de tratamento ou critério diferenciado, que, apesar de insignificante, deveriam ser cadastrados; a seguir, mencionou o artigo 4º, questionando se para serem divulgados, também teriam que ter sido cadastrados previamente. Reportando-se ao parágrafo único, do artigo 4º, afirmou que também haviam dúvidas, porque entendia que eles estariam sendo cadastrados, pois quando foi discutida essa questão de percentual elevado em relação à vazão do corpo hídrico, estes, estariam sujeitos a outorga, isto porque, como o cadastramento estava vindo desde o artigo 3º, no caso de ser relevante, deveria ser avaliado a possibilidade de outorga. Quanto ao artigo 16, sugeriu a substituição da palavra "poderá" por "deverá", reportando-se ao DNPM. No artigo 18, informou que, após muita discussão sobre a questão, no âmbito do Conselho e da CTIL, face à demanda por usos múltiplos em um determinado corpo hídrico, e, não necessariamente a vazão de diluição para alguns usos, deveria ficar indisponível, desde que esse uso posterior não agregasse carga poluente adicional, isto porque, há alguns usos que seriam possíveis utilizando essa vazão de diluição, que estaria bloqueada por um determinado uso, e, da forma como está redigida este parágrafo, ela ficaria totalmente indisponível. Sugeriu então a criação de um parágrafo único, que possibilitasse a alternativa para alguns usos especiais que não houvesse adição de carga poluente, ou, alterasse alguma característica relevante. No artigo 22, sugeriu a adoção do verbo "deverão", por ser uma forma de estimular todos os usuários a adotarem ou implementarem medidas que possam resultar na melhoria de toda a bacia. No artigo 24, sugeriu definir, com maior clareza, quem seria responsável para declarar o regime de racionamento. Em relação ao artigo 26, informou que foi discutido no CEIVAP essa questão da expressão "preferencialmente fundação de direito privado", sugerindo que fosse deixado em aberto esta questão, para que fosse avaliado caso a caso, e que se suprimisse essa menção, observando-se os artigos 27 e 28, diretamente vinculados a esse artigo. No art. 38, sugeriu incluir o art. 53, da Lei nº 9.433/97. O conselheiro Júlio Thadeu afirmou a sua preocupação quanto às sugestões da conselheira Cristina, no que se referia à agência de bacia, e, o que estava solicitando o artigo 53, da Lei nº 9.433/97. Com relação aos artigos anteriores, onde sugeria às agências como fundação, disse que foi tomado o cuidado de garantir que as atividades das agências, independente do seu formato jurídico, fossem garantidas por lei, que houvesse transparência, publicidade dos seus atos, controle por parte do Comitê, portanto, precisava-se de princípios básicos que fundamentassem a figura da agência, porque, acima de tudo, ela deveria ser operacional, portanto, sugeriu que o artigo 26 deveria ser mantido para

garantir esses princípios. A conselheira Aparecida sugeriu que no art. 26 fosse suprimida somente a palavra “fundação” e se mantivesse os artigos 27 e 28, justificando que a formação de agências de bacia ficariam sem controle. O Deputado Gabeira colocou que no artigo 26, a palavra “preferencialmente” atendia a sugestão, mas se propôs a reexaminar o tema. O conselheiro Di Bella afirmou que o setor hidroviário tem trazido com frequência ao Conselho as preocupações com relação ao uso múltiplo de recursos hídricos. Afirmou que as barragens quando construídas não levam em conta os usos múltiplos, lembrando que a Lei nº 9.433/97 garante o transporte aquaviário. Citou também exemplos de operação de reservatórios que prejudicam a navegação, não reservando o volume de água necessário para tanto. O Deputado Gabeira disse que iria examinar os dois pontos colocados pelo conselheiro Di Bella. O Dr. Jerson Kelman afirmou que sob o ponto de vista legal, o conselheiro Di Bella apresentou uma sugestão para que o PL obrigasse o uso múltiplo e a operação de reservatório. Sobre a questão da operação de reservatórios disse que não seria desnecessário, visto que, a Lei nº 9.984, de 2000, atribuía a ANA essa responsabilidade, assim como a prévia articulação com a Operador Nacional do Sistema - ONS para a operação dos reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos. Justificou as vazões reduzidas nos reservatórios citados pelo conselheiro Di Bella, como decorrente do problema da crise energética. Finalizando, informou ao conselheiro Di Bella, que a ANA assumia o compromisso, juntamente com a ANEEL, de que não seriam licitados aproveitamentos hidrelétricos sem que houvesse viabilidade da instalação declusas, e que essas questões seriam discutidas com todos os setores envolvidos. Foi concedida a palavra ao Sr. Marcelo de Deus, representante da CEMIG, que complementou as colocações do Dr. Jerson Kelman, sobre o setor elétrico e o papel da ONS, justificando a questão da não reservação do volume de água necessário à navegação em função da crise do energética, em resposta às colocações do conselheiro Di Bella, no caso especial de Três Marias. O conselheiro Di Bella aceitou os argumentos apresentados. O Dr. Garrido justificou a saída do ministro José Carlos e informou que conduziria a reunião, agradecendo ao Deputado Gabeira pela apresentação do substitutivo ao PL 1.616/99 e pela oportunidade de debater os pontos considerados importantes do mencionado projeto no âmbito do Conselho. Convidou o conselheiro Mauro Viegas para assumir a presidência dos trabalhos, enquanto acompanhava o Ministro. Passou-se ao Item 3 da Pauta: Apresentação “Resultados do 1º ano de atividades da Agência Nacional de Águas – ANA”. O Dr. Jerson Kelman agradecendo a oportunidade de se dirigir ao Conselho, disse que não iria falar somente sobre o que foi feito em apenas de um da ANA, mas também iria proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema água no Brasil. Acrescentou que apresentaria temas estratégicos: 1. Água e Cidade; 2. Água e Regiões Áridas e Semi-áridas; 3. Energia e Navegação; 4. Gerenciamento de Recursos Hídricos; e, após, faria algumas recomendações. Informou que a palestra estaria disponível na íntegra no endereço eletrônico da ANA: <http://www.ana.gov.br/palestrabid.ppt>. Finalizou a apresentação e se colocou à disposição para atender os questionamentos. O Dr. Garrido agradeceu ao Dr. Jerson Kelman pela brilhante apresentação, onde expôs toda a trajetória alcançada pela ANA no primeiro ano de ação. Franqueada a palavra aos conselheiros, não houve perguntas e, dado ao adiantado da hora, suspendeu os trabalhos para retornarem no princípio da tarde. Os trabalhos foram reiniciados às 15 horas sob a presidência do conselheiro Jair Sarmento, por solicitação do Dr. Garrido. Passou-se ao item 4 da Ordem do Dia: proposta de Moção referente à adoção de providências para solução dos problemas de poluição na bacia hidrográfica do rio Quaraí, fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai, encaminhada pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT. O conselheiro Jair Sarmento convidou à conselheira Mitzi Gurgel, presidente da Câmara, para relatar a matéria. A conselheira Mitzi afirmou tratar-se de uma matéria há muito discutida no âmbito da Câmara Técnica, cuja essência do problema residia no fato de que a cidade de Quaraí lançava efluentes *in natura* no córrego da Divisa, que desaguava no rio Quaraí, poluindo água que abastece o Balneário da cidade de Artigas - Uruguai. Tal fato prejudica o turismo e a economia daquela região causando problemas políticos e ambientais, além de sérias implicações na questão de saúde pública. Disse que a solução do problema teria que envolver a CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento, empresa estadual responsável pelo saneamento no Estado do Rio Grande do Sul, para adoção das providências para o tratamento do esgoto daquela cidade. Porém essa solução teria um custo muito alto e seria de longo prazo, continuando assim os problemas por mais algum tempo. Uma outra possibilidade seria a construção de um pequeno barramento, que impediria que os efluentes, na época de estiagem, retornassem à cidade de Artigas. Afirmou já haver projeto para tanto. Desta forma, informou que os membros da CTGRHT propuseram uma

414 Moção, dirigida ao IBAMA e à ANA, nos termos do documento encaminhado a todos os
415 conselheiros. O conselheiro Jair Sarmento, agradeceu a conselheira Mitzi e passou a palavra ao
416 conselheiro Langone, que falou que esta questão estava na eminência de provocar um incidente
417 na relação entre os governos dos dois países, se persistisse a situação atual. Falou que o
418 Uruguai havia resolvido o problema de saneamento do seu lado e que o Brasil não adotou
419 nenhuma providência para tanto. Disse ser este também o problema da cidade de Uruguaiana,
420 assim como dos três municípios que se encontram na Bacia da Lagoa Mirim: Chuí, Santa Vitória
421 do Palmar e Jaguarão, e, ainda do município de Barra do Quaraí. Acrescentou que no ano
422 passado, o Ministro do Meio Ambiente do Uruguai, procurou o então Ministro Sarney Filho no
423 encontro de Ministros da América Latina e Caribe onde, manifestou a preocupação e a
424 necessidade que fosse dado um tratamento privilegiado a esta questão. Este assunto foi objeto
425 de posterior comunicado oficial ao estado do Rio Grande do Sul, ao Governo Federal e ao
426 Ministério do Meio Ambiente, solicitando um esforço conjunto para a solução do problema.
427 Comentou sobre outras situações em diversos municípios onde a Companhia de Saneamento do
428 Estado não tem a concessão de esgoto e encontra dificuldades para resolver a relação
429 estado/município, o que exigia uma relação triangular, com o apoio da União. Outras, onde a
430 CORSAN possui a concessão, no contexto geral, existem problemas para a definição de
431 prioridades de investimento em esgoto no estado, acarretando assim dificuldades para aportar
432 recursos. Disse que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, deliberou
433 uma Moção dirigida ao Governo Federal sugerindo esforços comuns para buscar a viabilização
434 da solução desses problemas, sobretudo, a possibilidade de verificar o aporte de recursos para
435 obras e saneamento, priorizando, a questão do rio Quaraí. Nesse particular, disse que o IBAMA
436 teria dificuldades de enquadrar as situações tradicionais de licenciamento, por ser uma obra no
437 meio de um rio transfronteiriço, embora houvesse disponibilidade do Governo Uruguaio e da
438 Prefeitura de Quaraí, de encaminharem o projeto e executar a obra. Nesse sentido colocou-se à
439 disposição do IBAMA, para auxiliar no que for preciso. Falou que a CORSAN tinha uma área para
440 tratamento de esgotos no município de Quaraí, com projeto executivo pronto e uma parte dos
441 recursos para fazer o saneamento, que requeria não só a estação de tratamento, mas também
442 a canalização. Daí a sugestão da Moção, através a ANA no âmbito Federal, para que se faça um
443 esforço conjunto em busca de soluções, pois tinha, através da CORSAN, o dimensionamento do
444 custo dessas iniciativas. Colocou, que quando da visita do conselheiro Jair Sarmento ao seu
445 Estado, acertaram a realização de uma reunião técnica entre as partes, para situar as questões.
446 Disse que essa Moção vinha a reforçar a necessidade e prioridade de uma ação conjunta,
447 objetivando encontrar caminhos, para evitar o agravamento da crise entre os dois governos,
448 mesmo porque, na fronteira, os municípios estavam integrados social e culturalmente. O
449 conselheiro Jair Sarmento, presidindo os trabalhos, agradeceu o conselheiro Langone, e
450 colocou, que como participe do processo, como representante da ANA na CTGRHT, como
451 responsável para coordenação da Bacia do Rio Uruguai, quando de sua estada no Rio Grande do
452 Sul, capitaneado pelo Secretário Langone, trabalhara com seus colaboradores, especialmente
453 com o Diretor de Recursos Hídricos daquela Secretaria, quando discutiram longamente a
454 questão que envolveu os Ministros Uruguaio e Brasileiro, uma questão com contornos
455 internacionais, cuja solução de um problema pontual estava sendo postergada, se soubesse
456 com clareza quais as autoridades responsáveis a serem acionadas para a resolução do
457 problema, a questão possivelmente já estaria sendo resolvida. Acrescentou que no âmbito da
458 Câmara Técnica foi identificado os atores, e detectou-se uma carência de articulação, por parte
459 da Comissão Mista Brasil/Uruguai do Rio Quaraí. Disse ser esta questão um problema brasileiro
460 que requeria ação, e, que o Uruguai havia feito a sua parte, pois tratava seus efluentes e o
461 problema de contaminação que comprometia os usos da água, tanto para abastecimento
462 humano, como para lazer, tinha que ser equacionado, concordando com o conteúdo proposto na
463 Moção. Disse que juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, foi
464 estabelecido que no prazo de 20 dias se realizasse uma nova reunião, pois, não havendo um
465 Comitê de Bacia, a instância mais adequada seria Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com
466 o apoio da ANA e dos órgãos federais que estavam envolvidos, objetivando acelerar a solução
467 desse problema. Solicitou, em seguida, que fosse registrada em ata, que, a ANA não era
468 propriamente uma entidade responsável pelo equacionamento destes problemas, tanto no
469 sentido amplo, quanto, no sentido pontual de tratamento de efluentes, pois isto era uma
470 responsabilidade dos órgãos de saneamento, e, em particular dos Municípios. Contudo, nesta
471 reunião deveria-se chegar a um acordo, tendo em vista, a existência de um projeto para
472 resolver os problemas de saneamento nessa região. Disse que pretende contar com a ajuda dos

473 colegas, da Secretaria de Recursos Hídricos, do Conselho Nacional, da Secretaria Executiva do
474 Conselho Nacional, do Ministério das Relações Exteriores, especialmente o Departamento da
475 América Meridional nº 1, do Ministério de Integração Nacional, da SEDU, para que, juntos, fosse
476 possível equacionar o problema, não de maneira paliativa ou pontual, mas, com uma visão
477 estrutural precisa e urgente que o caso requer. Sugeriu, por fim, que fosse acatada a Moção,
478 como uma forma de valorizar o trabalho da Câmara Técnica, que visava dar um bom e correto
479 equacionamento à questão. A matéria foi colocada em discussão e não havendo novos inscritos,
480 passou-se a votação. A Moção foi aprovada por unanimidade, com a ressalva “através do
481 tratamento dos efluentes”, que seria encaminhada à Secretaria Executiva do Conselho, para as
482 devidas correções. Passou-se ao Item 5 da pauta: aprovação da Ata da IV Reunião
483 Extraordinária do CNRH. Foi informado que a ata da IV reunião, realizada no dia 29 de maio de
484 2001, havia sido distribuída a todos com antecedência pela Secretaria Executiva e colocou-a em
485 discussão, supondo que todos os conselheiros tenham tido a oportunidade de lê-la, e se
486 identificado algum problema, ou sugestão de correção, solicitou que se manifestassem. Não
487 havendo inscrito para comentários, em ato contínuo, colocou-a em votação, sendo aprovada por
488 15 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção. Na oportunidade, o conselheiro Jair Sarmento, passou
489 a presidência dos trabalhos ao conselheiro Mauro Viegas, que agradeceu, cumprimentou a
490 todos, passando imediatamente ao item 6 de pauta: relato referente à situação dos trabalhos
491 para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, pelo presidente da Câmara
492 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O presidente passou a palavra ao Dr. José
493 Leomax, presidente da Câmara Técnica, que relatou sobre a situação dos trabalhos para a
494 elaboração do PNRH. Informou que a Câmara está com dois anos de funcionamento, tratando
495 de assuntos da complexidade e a dimensão de um Plano Nacional de Recursos Hídricos. A
496 CTPNRH passou por processos de avanços que são compatíveis com o tamanho do desafio.
497 Comunicou que no dia 15 de dezembro de 2000, o Prof. Flávio Terra Barth compareceu ao
498 Conselho a pedido da Câmara Técnica, e apresentou uma Proposta de Diretrizes para
499 Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que se encontrava apenas à ata da sétima
500 reunião da CTPNRH, disponibilizada na página do Conselho na *internet*, ressaltando que,
501 naquela ocasião, a proposta recebeu a aprovação do Conselho. Acrescentou que a proposta
502 previa o desenvolvimento dos trabalhos em trinta meses, divididos em duas etapas, sendo: a
503 primeira, o desenvolvimento de um plano de trabalho prévio, com uma duração de dezoito
504 meses, e a seguinte, a elaboração do plano propriamente dito, num prazo de doze meses. Em
505 março de 2001, numa reunião conjunta com a CTIL, a Diretoria de Gestão Integrada da SRH,
506 através do seu diretor, Dr. Júlio Thadeu, dispôs-se a criar um grupo multidisciplinar para
507 trabalhar na elaboração do Plano, no que coubesse a SRH. Naquela oportunidade, a CTPNRH
508 não contava ainda com a presença da ANA, que tem a atribuição de participar da elaboração do
509 Plano Nacional de Recursos Hídricos. No entanto, em abril do mesmo ano, já com a nova
510 composição, os membros da CTPNRH estabeleceram um plano de trabalho em parceria com a
511 ANA, sob a coordenação da SRH, conforme definido no âmbito do MMA, objetivando
512 desenvolver o cronograma inicial aprovado na reunião de dezembro de 2000. Nesse sentido, em
513 setembro, foi disponibilizado uma proposta e aprovado um detalhamento do arranjo
514 institucional, que vem sendo trabalhado em conjunto, ANA/SRH, com a realização de reuniões
515 sistemáticas, já com produtos efetivos para o ano de 2002. Em fevereiro, ocorreram diversas
516 contribuições, com o objetivo de levar adiante um diagnóstico síntese das principais bacias do
517 país, como elaborado para a bacia do rio São Francisco. Afirmou ainda que, na próxima reunião,
518 serão recebidos aportes de sugestões que enriquecerão o documento. Esclareceu que, quanto à
519 Divisão Hidrográfica Nacional, tão necessária ao Conselho, conforme previsto na Resolução
520 CNRH nº 5, que faz referência à base físico-territorial para caracterizar quais são as bacias de
521 1ª, 2ª e 3ª ordens, o documento proposto pelo IBGE, com algumas alterações positivas na
522 Região Sul do País, constitui um recorte bastante sugestivo, com modos territoriais bem
523 trabalháveis. Finalizando, informou ser o seu relato quanto a situação atual do PNRH e
524 agradeceu a todos pela atenção. O conselheiro Mauro Viegas agradeceu ao Dr. José Leomax e
525 disponibilizou a palavra aos participantes para alguma indagação. Não havendo interesse de
526 manifestação passou-se ao Item 7 da pauta: análise da proposta de Resolução com a nova
527 composição das Câmaras Técnicas. O conselheiro Mauro Viegas convidou o conselheiro Júlio
528 Thadeu para apresentar o assunto, que, por sua vez, informou que a matéria era decorrente da
529 última reunião do Conselho, quando foi aprovado o aumento do número de participantes das
530 Câmaras Técnicas, e, passou a palavra à conselheira Maria Manuela, representante suplente do
531 MMA, para relatar o definido no âmbito da CTIL, com maior riqueza de detalhes. A conselheira

532 Maria Manuela apresentou o trabalho realizado pela Secretaria Executiva do Conselho e pela
533 CTIL. Informou que, em 16 de janeiro, a Secretaria Executiva enviou aos conselheiros uma
534 correspondência solicitando manifestação de interesse em participação na composição de
535 Câmaras Técnicas, estipulando um prazo final para o encaminhamento até o dia 30 do mesmo
536 mês. Nesse ínterim, a Secretaria Executiva elaborou um quadro onde registrou, agrupou e
537 tabulou, por Câmara Técnica, as manifestações encaminhadas, remetendo o estudo à CTIL para
538 análise e posterior encaminhamento de sugestões ao CNRH. No quadro distribuído aos membros
539 da CT, observou-se que a maioria das Câmaras receberam manifestações acima de 13
540 membros, que era o limite máximo definido pelo Regimento Interno do CNRH. Duas Câmaras
541 tiveram manifestações, menor e igual a treze, preenchendo os requisitos regimentais, na
542 demais houveram manifestações superiores ao número máximo permitido. Desta forma,
543 seguiram-se os critérios definidos no artigo 24, do Regimento Interno do Conselho: "Na
544 composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a necessidade de participação de
545 todos os segmentos representados no CNRH, a natureza técnica do assunto de sua
546 competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representados e a formação técnica ou
547 notória atuação dos seus membros na área de recursos hídricos", outro critério adotado foi o
548 envio da manifestação dentro do prazo estipulado, e por fim, a representatividade proporcional
549 dos segmentos representados no Conselho. A conselheira Maria Manuela acrescentou que a
550 proposta da CTIL encontrava-se consubstanciada na tabela distribuída aos conselheiros para
551 análise naquela reunião e explicou detalhadamente o quadro e suas legendas. Ressaltou que
552 durante a análise da questão no âmbito da CTIL, com a presença de mais de vinte pessoas
553 entre membros da CT e outros segmentos interessados, após amplo processo de discussão e
554 ouvida as ponderações dos participantes, optou-se pela proposta encaminhada. O conselheiro
555 Mauro Viegas colocou a matéria em discussão. O conselheiro Antônio Joaquim, representante do
556 Ministério da Defesa, falou que com a reformulação proporcionada pela alteração do Regimento
557 Interno do Conselho, o Ministério da Defesa manifestou o interesse do Comando do Exército em
558 participar de duas Câmaras: Análise de Projetos e Águas Subterrâneas. Isto posto e por razões
559 operacionais alheias à sua vontade, o Ministério encaminhou o documento no prazo limite
560 estabelecido, tendo sido recebido pela Secretaria Executiva um dia após, conseqüentemente, a
561 CTIL deixou de considerar o pleito, por decurso de prazo, um dos critérios definidos e relatados
562 pela conselheira Maria Manuela. Informou então que reiterava o interesse do Exército Brasileiro
563 / Ministério da Defesa, em participar das mencionadas Câmaras Técnicas, solicitando, se
564 possível, uma reavaliação e reconsideração. Em caso negativo, registrou que o Ministério da
565 Defesa manifestava que a sua inclusão seja considerada, a qualquer tempo, ou por, ocasião de
566 um novo processo de composição. O conselheiro Mauro Viegas, agradeceu e passou a palavra
567 ao conselheiro Oscar Cordeiro, representante das Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa,
568 que afirmou que como presidente eleito da ABRH, passou automaticamente a representá-la no
569 Conselho, tendo tomado posse em janeiro, uma das razões para que houvesse um atraso no
570 envio da manifestação, através da qual comunicou a vontade de participar em duas outras
571 Câmaras Técnicas: Águas Subterrâneas e Assuntos Legais e Institucionais. Acrescentou não
572 estar questionando o critério e registrou a mesma postura apresentada pelo conselheiro Antônio
573 Joaquim, no sentido de que a qualquer tempo, a ABRH estaria interessada em participar das
574 Câmaras pleiteadas, cuja representação não foi contemplada. Porém, externou dúvidas quanto
575 a forma como foi delegado à CTIL a atribuição de proposição da composição das CTs ao
576 Conselho. O conselheiro Júlio Thadeu esclareceu que historicamente a escolha de membros de
577 Câmaras Técnicas sempre foi uma decisão complicada, no entanto, no mês de julho de 2002,
578 cinco Câmaras deverão trocar seus membros, tornando a composição discutida naquele
579 momento, determinada a um mandato tampão até aquela mês, quando seria estudado uma
580 nova composição para as Câmaras, significando portanto que haverá novas oportunidades de
581 participação dos segmentos não contemplados. O conselheiro Carlos Henrique, representante
582 das concessionárias e prestadores de serviço público e abastecimento de água e esgoto, falou
583 que concordava com as colocações dos conselheiros Antônio Joaquim e Oscar, e que,
584 respeitando rigorosamente Regimento Interno, esperava que em julho o seu pleito pudesse ser
585 reconsiderado para a Câmara Técnica de Análise de Projetos. Justificou que teria muitas
586 colaborações a apresentar no que concerne a questão de aprovação de projetos. A conselheira
587 Cristina Yuan falou aos conselheiros, que manifestaram interesse e não foram contemplados
588 com assentos formais nas Câmaras, que podem e devem participar como convidados, levando
589 contribuições importantes, pois todas as reuniões de Câmaras são abertas à participação de
590 todos e que ela vinha participando de várias reuniões em diversas Câmaras da qual não era

membro formal. Afirmou que o processo é totalmente democrático e participativo. O conselheiro Mauro Viegas, que estava presidindo os trabalhos, comentou que após as claras colocações feitas pelos conselheiros Maria Manuela, Cristina Yuan e Júlio Thadeu, considerando que em três meses haveria uma reformulação das composições das Câmaras Técnicas e que todos podiam participar das reuniões agendadas uma vez que as mesmas são abertas a todos os interessados, solicitou à Secretaria Executiva que disponibilizasse aos conselheiros, as agendas de reuniões de todas as Câmaras Técnicas, bem como do Conselho para o ano de 2002, de forma que possibilitasse a todos programar e escolher quais reuniões gostariam de participar. Não havendo mais manifestações, colocou a matéria em votação, sendo aprovado por dezesseis votos a favor e uma abstenção. Passou-se ao Item 8 da pauta: apresentação pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais da análise efetuada com vistas à deliberação pelo CNRH, referente à criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. O presidente passou a palavra ao conselheiro Júlio Thadeu, para apresentar a matéria. O conselheiro Júlio Thadeu colocou que esse assunto foi discutido na última reunião do Conselho, e decidiu-se pelo retorno da matéria à CTIL, para estudarem uma melhor alternativa à proposta, dito isso passou a palavra a conselheira Cristina Yuan, para relatar a análise efetuada no âmbito da Câmara Técnica. A conselheira Cristina Yuan falou que a demanda originou-se no Plenário do Conselho, solicitando avaliar a possibilidade de inserir a palavra Cobrança, à Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, ampliando as atribuições da referida CT. Numa reunião da CTIL, realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro, onde foi discutido o assunto, e considerando que já havia uma proposta do conselheiro Mauro Viegas com vistas a criação da Câmara Técnica de Cobrança, e o representante da ANA, havia proposto que fosse avaliada a alternativa de haver uma fusão entre essa e a Câmara de Outorga, após avaliação da documentação distribuída aos presentes, foram identificados alguns aspectos: o primeiro, no escopo dos trabalhos da CTPOAR, já foram considerados uma extensiva demanda a seus membros, significando grande tempo de estudos, análise e também uma grande participação em reuniões. Alguns membros daquela Câmara, acordados com sua Presidente, Dr. Leila Gomes, opinaram inoportuna a fusão dessas Câmaras no momento, visto que, já existe uma carga muito grande de trabalho, inclusive já criaram três grupos de trabalho, que estão atuando em paralelo, procurando agilizar a discussão dos temas, considerando inclusive, que se essa fusão acontecesse, haveria um risco, em função da demanda, e em virtude da definição de critério para a Cobrança, de acarretar uma paralisação nos Grupos de Trabalhos, esse um dos pontos identificados; segundo, que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, requer urgência em estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, previsto na Lei nº 9.433, de 1997, até o momento não realizado. Na percepção de vários conselheiros, definiu-se os critérios para a outorga, aprovada nesse Plenário, editada como Resolução CNRH nº 16, faltando o estabelecimento dos critérios de cobrança, e até os membros da CTIL acompanharam o processo de criação de vários Comitês de Bacia Hidrográfica, aprovados pelo Conselho, trazendo uma demanda crescente à CTIL, e urge, no referente à regulamentação de critérios gerais de cobrança. Outro aspecto identificado nas questões relativas aos temas outorga e cobrança numa mesma Câmara, certamente implicará sobrecarga nas demandas da Câmara, e consequentemente morosidade. Como a Câmara de Outorga já tem uma demanda muito grande e a de Cobrança demandará também uma forte carga de trabalho, certamente levará a uma certa morosidade no processo, não permitindo uma maior especificidade e profundidade, e com elas separadas, haverá a possibilidade de que haja maior dedicação, especificidade e foco sobre o assunto; a definição de valores sugeridos pelos Comitês de Bacias, nos termos do artigo 4º, inciso VI, da Lei nº 9.984, de 2000, é atividade permanente do Conselho, e demandará análise criteriosa, conforme comprovado naquele mesmo dia, quando da aprovação da Deliberação nº 08, do CEIVAP, que estabelece valores de cobrança, que tornará uma atividade rotineira no CNRH, demandando um parecer de uma Câmara Técnica. Colocou, que sempre que for necessário, poderiam ser realizadas reuniões conjuntas de Câmaras Técnicas, para discussão, conciliação e harmonização dos procedimentos a serem propostos à apreciação do Plenário. Essa justificativa trazida, de que os temas outorga e cobrança estariam intimamente ligados, que de fato estão, exemplificando que entre todas as Câmaras Técnicas atualmente existentes, há vários assuntos que tem interface, e em várias ocasiões, nessas Câmaras já existentes foram realizadas reuniões conjuntas, onde, há troca de informações, tentando-se formar uma sinergia e uma convergência de informações e experiências, portanto, nesse aspecto, a outorga e cobrança, necessariamente poderiam realizar reuniões conjuntas onde, todas as contribuições possam ser consolidadas, não havendo necessidade de uma fusão, e sim, de uma sinergia.

Concluiu, dizendo que esses foram os principais pontos identificados na análise dos membros da CTIL e que em função desses pontos, a Câmara considerou conveniente a criação de uma Câmara Técnica de Cobrança. Com a palavra, o presidente dos trabalhos, conselheiro Mauro Viegas, agradeceu, e passou a palavra ao conselheiro Martinho, representante do Ministério dos Transportes, que falou que respeitava os argumentos colocados pelo membro da CTIL, reservando-se o direito de discordar. Afirmou serem várias as razões para tanto que se resumem num mesmo argumento, e se isso fosse válido, a CTIL teria que ser desmembrada em várias Câmaras. Ponderou ainda que os assuntos são relacionados, integram-se e são associados, se cobrança está intimamente associada com outorga e regulação, são assuntos que têm que estar dentro da mesma Câmara Técnica. O conselheiro Mauro Viegas passou a palavra ao Dr. Garrido, que disse que após os comentários razoáveis do conselheiro Martinho, gostaria de complementar, não necessariamente concordando como os pontos levantados, mas, com alguns lembretes relativamente ao que são os trabalhos de análise dos programas de outorga e cobrança. A questão da cobrança, em termos de implementação não pode esperar muito tempo, pois existe o risco de se perdemos o momento para adoção da decisão gerencial. É importante que a implantação da cobrança no Brasil ocorra o mais imediatamente que possível, evitando assim o desgaste que a demora certamente implicaria, mas o tema não é simples, não se pode simplesmente passar ao largo de um mecanismo tão importante para a implementação da a gestão recursos Hídricos e, por isso mesmo, afirmou ser necessário a existência de um fórum específico para sua discussão. Então ponderou ao conselheiro Martinho que avaliasse as possibilidades de incorporar as preocupações externadas, apesar de concordar o binômio outorga e cobrança, são inseparáveis. Mas uma Câmara Técnica específica possibilitaria estudar a matéria com maior profundidade e oferecer um plano de sugestões mais rico para o setor. O conselheiro Martinho afirmou concordar com as colocações do Dr. Garrido. A conselheira Cristina Yuan ressaltou que a atuação da Câmara Técnica de Outorga, de forma simplificada, não se restringe a analisar a outorga, na verdade, efetua um trabalho muito mais amplo, voltado à questão de integração de procedimentos, ações de outorga e ações reguladoras, a integração de procedimentos de regularização é muito importante, para que os usuários tenham conhecimento de como deve ser os procedimentos a serem adotados. Colocou que o fato de existirem duas Câmaras Técnicas, não implicava que os temas estavam dissociados, pois existem outros assuntos relacionados com o Plano de Bacia, criação de Comitês, que foram discutidos por Câmaras Técnicas, de certa forma, fisicamente distintas, mas com perfeita integração e sintonia entre seus membros, assim, quando for discutida a composição da Câmara Técnica de Cobrança, vários segmentos estarão compondo também a Câmara Técnica de Outorga, não havendo, portanto, divergência, conflito ou superposição de assuntos, e o fato dos membros da CTIL encaminharem a proposta de criação da Câmara Técnica de Cobrança, visa simplesmente a agilização, como, bem disse o Dr. Garrido, a especialização do tema. O Dr. Garrido colocou que a experiência ao longo de 6 anos na implementação da Política de Recursos Hídricos permitia que viesse a ponderar ao Conselho, que seja avaliada à exaustão, a possibilidade de especializar o binômio, por fazer parte do Gerenciamento de Recursos Hídricos, os pontos específicos que são a outorga e cobrança, sem no entanto de fundi-los, separando-os em duas Câmaras. O conselheiro Oscar Cordeiro, em função da matéria discutida pela manhã, quando da aprovação da cobrança na Bacia do Paraíba do Sul, propôs que em alguma instância do Conselho, ou através da Câmara Técnica, uma Moção com o objetivo de proceder uma avaliação desses três anos, de experiência da cobrança do CEIVAP que inicia-se agora, afirmando ser muito importante, para implementação da cobrança em outras bacias, e, diante das atribuições e competências da Câmara Técnica de Cobrança, talvez, acrescentar às competências, a avaliação das experiências em curso de cobrança no País, como uma missão importante da Câmara recém criada. . O conselheiro Mauro Viegas solicitou ao conselheiro Oscar, uma redação do proposto. Em seguida, solicitou, que o Dr. Roberto Monteiro fizesse a leitura da Proposta de Resolução para criação da Câmara Técnica de Cobrança. O Dr. Roberto fez a leitura, conforme constante na proposta encaminhada aos conselheiros O conselheiro Mauro Viegas agradeceu as colocações e como não havia mais inscritos para se manifestarem, informou que a matéria seria votada em duas etapas, a primeira o mérito da criação e a segunda o destaque proposto pelo conselheiro Oscar. Colocou-se em votação a proposta de criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, que foi aprovada por 15 votos a favor, 2 contra e nenhuma abstenção. O conselheiro Oscar encaminhou a redação da sua proposta e o conselheiro Mauro Viegas questiona se todos estão de acordo com o inciso proposto. O conselheiro Di Bella, acrescentou que o texto poderia

709 ser aperfeiçoado, incluindo-se, “avaliar e ter instrumentos que verifiquem o uso desse dinheiro”,
710 isto é, divulgar a forma como o usuário final está se posicionando perante a cobrança, e se não
711 ater a simples avaliação, sem esclarecer quais os critérios, ou sob quais aspectos, ou
712 experiências, incluindo assim, um instrumento que sistematizasse e avaliasse a aplicação do
713 recurso, não somente o quanto cobrar, mas também, o porquê e o como, tornando as
714 atribuições da Câmara mais abrangente. A conselheira Cristina Yuan concedeu a palavra à Dra.
715 Maria Luiza Werneck, que destacou que a competência da Câmara Técnica está intimamente
716 ligada à competência do Conselho, ou seja, opinar e dar parecer em aspectos técnicos, e se
717 essa não é competência do Conselho, não pode ser acrescentada como competência da Câmara,
718 por ser um órgão técnico, apenas opinativo. O conselheiro Oscar Cordeiro ponderou que
719 acredita que a avaliação é uma competência técnica, pode ser dada sem a necessidade de estar
720 encaminhando algum tipo de Parecer, Moção ou Resolução, e que considera muito importante,
721 de alguma maneira, preservar o processo de avaliação, em curso ou em fase de
722 implementação. Quanto aos processos em curso, um olhar *à posteriori*, seria enriquecedor para
723 a auxiliar a tomada de decisões futuras, porém, sob o ponto de vista jurídico, não opinou com
724 detalhes, visto que, não ter conhecer a fundo as atribuições do Conselho, no entanto,
725 acrescentou que se essa não é uma competência possível do Conselho, e se a Câmara não
726 puder tê-la, afirmou gostaria de deixar registrado que considera de suma importância que a
727 SRH ou a ANA institua um processo de acompanhamento e avaliação da cobrança,
728 possibilitando assim que os critérios e objetivos sejam detalhados *à priori*, facilitando a
729 avaliação *à posteriori*. O conselheiro Jair Sarmento afirmou que, pelas mesmas razões, curvou-
730 se aos argumentos do Dr. Garrido e da própria Câmara Técnica, que optou por uma Câmara
731 Técnica de Cobrança, contrariando os argumentos defendidos na reunião anterior, de
732 acrescentar mais atribuições à Câmara Técnica de Outorga. Falou que alguns poderiam até
733 estranhar o fato de que o representante da ANA não tinha se manifestado à respeito da criação
734 da Câmara, acrescentando que o silêncio foi uma manifestação tácita dos argumentos que
735 estavam sendo trazidos, lembrou do comentário que havia tecido na reunião anterior quando
736 fez uma analogia com o CONAMA, que chegou a criar 22 CTs, sendo necessário depois juntar às
737 que envolvia muitas interfaces e dar coerência ao trabalho. Afirmou que um dos argumentos
738 que o levou a concordar com os argumentos da especialização, e portanto da criação da
739 Câmara Técnica. Quanto a proposta do conselheiro Oscar, falou que a considerava
740 absolutamente pertinente, e que tinha por base o princípio da realidade, de que é preciso
741 valorizar a experiência que estava em curso, estar muito atento para o que encontra-se na
742 pauta de discussão em diferentes partes do País. Concluiu dizendo que a avaliação constante de
743 experiências existentes, oxigenaria os trabalhos da Câmara Técnica e manifestou sua
744 concordância com ela. O conselheiro Hugo, representante do Ministério da Justiça, disse que
745 estava havendo um pouco de confusão, em relação ao inciso proposto, pois parecia-lhe ser
746 consenso a necessidade de aproveitar as experiências em curso, ou em implementação,
747 contudo, o problema estava no verbo “avaliar”, e sugeriu a substituição por “analisar” ou
748 “estudar”. O conselheiro Eduardo Castagnari, representante das ONGs, propôs substituir “propor
749 critérios para cobrança pelo usos de recursos hídricos” por “propor critérios gerais,
750 considerando as experiências anteriores”, ou, “propor critérios que leve em conta as
751 experiências em curso”, ao invés de acrescentar um novo inciso. O conselheiro Oscar colocou
752 que o conselheiro Di Bella pretendia especificar experiências mais focadas em procedimentos,
753 em função dos benefícios aos usuários finais, pois quando, coloca-se, estabelece experiências,
754 dá margem à uma dupla interpretação, tanto, envolvendo os procedimentos da cobrança de
755 implementação, como, de resultados, ou então, colocar como objetivo, conforme sugeriu o
756 conselheiro Eduardo Castagnari. O conselheiro Di Bella acrescentou que a questão era incluir
757 uma avaliação do ponto de vista do usuário, também, com relação à benefícios e resultados,
758 como foi colocado aqui, a questão de procedimentos, uma vez concordado, é questão de forma,
759 e que poderia ser dado uma redação com mais detalhes depois. O conselheiro Mauro Viegas
760 solicitou ao Dr. Roberto que procedesse a leitura final do inciso proposto como atribuição da
761 Câmara. Dr Roberto leu: “inciso V – avaliar as experiências em implementação dos processos
762 de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, considerando procedimentos adotados e resultados
763 obtidos;”. O conselheiro Mauro Viegas colocou o destaque em votação, que foi aprovado por 13
764 votos a favor e 3 abstenções. O Dr. Garrido reassumiu a condução dos trabalhos, agradeceu ao
765 conselheiro Mauro Viegas pela condução objetiva dos trabalhos até aquele momento e dando
766 prosseguimento aos trabalhos, propôs a inversão do penúltimo pelo último item, com o objetivo
767 de conciliar à saída do conselheiro Mauro Viegas, que trazia um questionamento sobre o

mandato dos conselheiros, o que foi acordado por todos. Após a inversão, o Item 10, passou a ser o 9, como sendo: análise do questionamento do conselheiro Mauro Ribeiro Viegas, referente ao mandato dos conselheiros. O conselheiro Mauro Viegas leu a correspondência enviada ao secretário executivo e ao presidente do Conselho, em 9 de novembro de 2001, com cópia distribuída aos presentes. Prosseguindo, disse que o Conselho paralisou suas atividades por 4 meses, por determinações superiores, e como o mandato dos conselheiros terminaria em seis meses, gostaria de saber como ficaria o mandato deles, já que as atividades foram paralisadas por motivos alheios à vontade dos conselheiros, impedindo-os de exercerem seus mandatos em sua plenitude. Informou que solicitara ao Dr. Garrido que encaminhasse a quem de direito, a questão de prorrogação de mandato do atuais conselheiros, pelo período de seis meses. Complementou, dizendo que, conversara com algumas autoridades sobre o assunto, que se manifestaram de maneira muito natural, afirmando ser justo o pleito. Perguntou aos presentes se concordariam com a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros pelo prazo de mais seis meses, caso negativo, retiraria sua petição. O Dr. Garrido agradeceu e afirmou ser estimulante ouvir palavras de entusiasmo como essas, referentes à paralisação havida, colocada pelo conselheiro, assim como a proposta de que os conselheiros tenham o seu prazo dilatado. Na oportunidade, comentou, que este assunto não estava contemplado no Regimento e consultou ao conselheiro Júlio Thadeu, se o assunto deveria passar pela CTIL. O conselheiro Júlio Thadeu sugeriu que a proposta fosse enviada à Consultoria Jurídica – CONJUR do MMA, uma vez que a proposta alterava o mandato em caráter excepcional, e havendo concordância da CONJUR, se prorrogaria por mais seis meses o mandato dos atuais conselheiro. Complementou, lembrando que poderia haver problemas operacionais para compatibilizar os mandatos de conselheiros, com os mandato dos membros das Câmaras Técnicas, e que posteriormente seria feito compatibilização. Dr. Garrido comentou que a matéria, no âmbito do Plenário, contava com a acolhida da maioria, contudo, dependia do posicionamento da Consultoria Jurídica do Ministério, onde poderia dar maior rapidez à decisão, porque, sob o ponto de vista das instituições, que indicavam seus representantes sem o processo de eleição, não haveria problema, mas, o setor privado e o setor não governamental, que o faziam mediante eleições, necessário portanto haver acordo. Finalizou, dizendo que estando todos de acordo com a maioria no Plenário a prorrogação ficava aprovada, condicionada ao parecer favorável da CONJUR e que a Secretaria Executiva iria proceder a consulta. A proposta foi aprovado por todos. O Dr. Garrido passou ao Item 10 da Pauta: apresentação do conteúdo dos estudos referentes à situação dos serviços de água e esgoto no Brasil, apresentação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU. O conselheiro Marcos Thadeu Abicalil comunicou que havia distribuído de cópias da apresentação aos presentes, informando se tratar de uma síntese do atual quadro de água e esgoto no Brasil, e que em parte, complementava alguns dados apresentados pelo Dr. Jerson Kelman, na sua exposição dos trabalhos da ANA, e demonstravam que havia um grande questionamento referente à Política Nacional de Saneamento, com rebatimentos importantes na Política de Recursos Hídricos, que seria, a definição do quanto era necessário investir para que se alcancem a meta de serviços universalizados. Falou que os números eram divulgados de forma bastante diversa, variando de quarenta e quatro bilhões de reais, a quarenta bilhões de dólares, números completamente absurdos em termos de diferença. Informou ser fundamental, inclusive com o aspecto de preparar a transição para o novo governo, que implicaria em ajustes de políticas setoriais, conhecer adequadamente os diversos cenários quanto aos investimentos necessários, para alcançar a meta de serviços universalizados. Mencionou que a atual meta de saneamento, estabelecida pelo Plano Plurianual - do Avança Brasil, estipula o serviço universalizado de água e esgoto até o ano de 2010. Esse Plano tem vigência até o próximo ano de 2003, quando será revisado. Ponderou que o estudo proposto seria um instrumento importantíssimo para que o próximo governo elaborar seu Plano Plurianual, contemplando metas consistentes e exequíveis, de acordo com a sua política pública e que a intenção, no âmbito do Conselho, era discutir o conteúdo do trabalho que iria ser contratado. A seguir, apresentou o programa denominado “Universalização dos Serviços de Água e Esgotos no Brasil”, dissertando sobre o panorama atual. Após a apresentação, informou que a palestra iria ser disponibilizada, no endereço eletrônico do Conselho: <http://www.cnrh-srh.gov.br>. O Dr. Garrido agradeceu a exposição do conselheiro Marcos Thadeu Abicalil, destacando a apresentação de indicadores e perspectivas necessárias ao avanço no setor de serviço de águas e esgotos no Brasil, e acrescentou que o Conselho subsidiará, na medida do possível, individual ou coletivamente, os estudos que haverão de ser contratados. Passou a palavra, ao conselheiro Oscar Cordeiro, que disse ter verificado na proposta da SEDU, a utilização do estado como base

referencial de investimentos, sugerindo trabalhar com recorte a bacia hidrográfica. O conselheiro Marcos Thadeu Abicalil disse ser oportuna a sugestão de ter a bacia hidrográfica como base, no entanto, havia dificuldades metodológicas, visto que, todo o banco de dados, do IBGE, Serviço de Informações, era de quem presta o serviço, no caso, o Município. Questionou o tipo de bacia hidrográfica, que ordem de bacia estaria agregando os dados, concluindo, ser possível migrar da base regional para a bacia, dependendo da ordem da bacia. O Dr. Garrido confirmou que os dados de oferta d'água já se encontram no universo da bacia, porém, os dados no Brasil de demanda por água, estão na base Divisão Política Administrativa, chegando até a unidade do Município. Não havendo mais manifestações, Dr. Garrido agradeceu ao conselheiro Abicalil e, dando prosseguimento, disse ter diversos comentários a fazer relativos às atividades do Conselho e suas Câmaras Técnicas, durante o ano de 2001, destacando: análise e aprovação de inúmeras Resoluções e Moções; análise, aprovação e criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios: São Francisco, Piracicaba, Capivari e Jundiá, e Doce; análise do PL nº 1.616, de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e encaminhamento de parecer ao relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Fernando Gabeira; análise e encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente, de proposta de regulamentação da Lei nº 9.433, de 1997; aprovação do aumento do número de conselheiros na sua composição, passando de 29 para 57, o que possibilitaria, em benefício do interesse nacional, uma maior capacidade de articulação entre representantes de todos os segmentos interessados na gestão dos recursos hídricos, oriundos de diferentes regiões brasileiras. Com relação ao aumento da composição, salientou que o Conselho aguarda a publicação do respectivo Decreto e destacou que, naquela manhã, o ministro José Carlos Carvalho afirmou que todas as matérias aprovadas pelo Conselho serão enviadas à Casa Civil, o que torna as expectativas positivas. Após a observação prosseguiu destacando outras atividades do Conselho: aprovação de alterações do Regimento Interno, sendo as mais significativas referentes ao funcionamento das Câmaras Técnicas, o que garantia uma maior operacionalização do Conselho; a ampliação do número de vagas de 7 para até 13 membros, a retirada da restrição de participação máxima em 3 câmaras técnicas, para cada segmento, e ainda, alteração do quorum para instalação da reunião do Conselho para cinquenta por cento mais um e, para deliberação de matérias, maioria simples dos presentes, além da substituição, quando necessária, do Secretário Executivo pelo Conselheiro mais antigo no Conselho, desde que representante do poder público federal. Justificou a prerrogativa da substituição no fato do setor de recursos hídricos ser ainda nascente e, desse modo, ser razoável imaginar que o Governo Federal tivesse em todas as circunstâncias plenárias, a direção dos trabalhos. E ainda, destacou que essa observação foi solicitada no âmbito da Consultoria Jurídica do Ministério. Voltando ao contexto dos trabalhos do ano do Conselho, salientou ainda a reformulação total da página na *internet* e a aprovação da rotina para o ano de 2002. Dessa forma, finalizou os comentários referentes às atividades do Conselho no ano de 2001 e opinou que são raras reuniões tão densas, ricas e proveitosas como aquela, justificada pelo fato da cobrança pelo uso da água no Paraíba do Sul ter sido aprovada, o que é um ponto de partida para tantos quantos vierem ao Conselho e, sobretudo, a abertura de um caminho para o aperfeiçoamento do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o que certamente trará, no futuro não muito distante, a tão almejada auto sustentabilidade do setor, além da indução a uma postura de racionalidade na utilização da água. Salientou e destacou como um grande avanço a criação da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. Falou sobre a apresentação do Deputado Gabeira, na qual ficou claramente demonstrada a abertura que o Legislativo tinha para os temas de interesse nacional, e ressaltou a acolhida democrática de praticamente tudo o que foi sugerido; lembrou que esse substitutivo ainda passará por três outras Comissões, a de Economia e Finanças, a de Minas e Energia e finalmente a de Constituição e Justiça, e mais tarde, no âmbito do Senado, em outras três Comissões. Agradeceu ao conselheiro Jair Sarmiento pela direção empreendida aos trabalhos de apoio ao conselheiro Langone na aprovação de sua solicitação sobre a bacia do rio Quaraí. Informou que a SRH constituiu um grupo de trabalho para coletar, avaliar, propor e preparar uma proposta com o objetivo de nortear os trabalhos e a participação da delegação brasileira em Joanesburgo; disse aguardar contribuições dos conselheiros e demais presentes à reunião ao documento que será elaborado, o qual, finalizou, será encaminhado para avaliação do ministro José Carlos Carvalho que, por sua vez, o entregará ao Dr. Fábio Feldman, assessor especial do Presidente Fernando Henrique para a questão da Rio + 10. Em seguida, relembrou o convite, formulado pelo Dr. Jerson Kelman, para a participação em uma reunião técnica sobre a questão dos recursos hídricos e o

pacto federativo, alusiva ao dia mundial da água, que será promovida pela ANA/Itamarati/SRH, no dia 25 de março, no auditório do Itamarati. Comunicou que a próxima reunião do Conselho deverá ser realizada em breve, agradeceu a colaboração e presença de todos e desejou, em nome do ministro e do Ministério, uma Feliz Páscoa. A VI Reunião Extraordinária do Conselho foi encerrada às dezessete horas e trinta minutos. Uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata será assinada por mim, Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e pelo Ministro de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, Presidente do CNRH.

JOSÉ CARLOS CARVALHO
Presidente

RAYMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO
Secretário Executivo

ANEXO I: Pauta

ANEXO II: Ata da IV Reunião ordinária aprovada

ANEXO III: Resolução que aprova o valor de cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul

ANEXO IV: Substitutivo ao PL nº 1.616, de 1999

ANEXO V: Moção que solicita solução dos problemas causados pela poluição decorrente da falta de saneamento na bacia do rio Quaraí

ANEXO VI: Resolução que define a nova composição das Câmaras Técnicas do Conselho

ANEXO VII: Resolução que institui a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

ANEXO VIII: Correspondência do conselheiro Mauro Viegas solicitando a prorrogação do mandato dos conselheiros

ANEXO IX: Apresentação denominado "Universalização dos Serviços de Água e Esgotos no Brasil" - SEDU